

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Ação Externa de Portugal

Defesa e Segurança

Alguns olhares sobre a evolução da política de segurança e de defesa

Paulo Lourenço . Diplomata*

Parece seguro hoje afirmar que, no diálogo que a política externa deve manter com as suas premissas, a segurança e defesa internacionais deixaram de ocupar o lugar de meras variáveis. Com mais propriedade, dir-se-á antes que, para além de instrumentais na sua execução, a segurança e a defesa a convocam agora de modo preditivo e decisivo.

Não foi preciso esperar pelo advento do terrorismo global, assimétrico e ilimitado, para que isso acontecesse. De certa forma, o fim da Guerra Fria, a redefinição dos equilíbrios geopolíticos e geo-energéticos , o surgimento de novos intervenientes de poder, as mutações operadas na e através da PESD e a própria transformação da NATO – já o haviam de alguma maneira precipitado.

A realidade mudou e com ela os pressupostos e os paradigmas da segurança internacional. Mais depressa do que devagar, a segurança internacional tornou-se simultaneamente numa variável e num pressuposto de política externa, incontornável e necessária na equação em que esta em última instância assenta.

A título indicativo, deixam-se dez olhares sobre o que essas transformações parecem sugerir:

1. a segurança e defesa são o novo paradigma da política externa, no sentido em que são o seu agente, mas também o seu postulado: o que se passa no Estreito de Taiwan não interessa apenas à China e aos EUA, nem a situação na Guiné-Bissau apenas à estabilidade da África Ocidental, nem tão-pouco um gasoduto no Cáucaso interessará apenas aos países que atravessa;
2. toda a segurança é nacional e internacional ao mesmo tempo: se a estabilidade e integridade da ordem constitucional e internacional podem estar em causa, então todos os países são parte activa ou passiva e, dessa maneira, co-responsáveis e co-proprietários na ordem internacional;
3. a segurança e defesa é um conceito, por excelência, global: se as ameaças e os problemas de segurança dizem respeito a todos, então também as soluções, pelo que nenhum país pode sozinho resolver os desafios e os dilemas da segurança internacional, como de resto nenhum se pode dar ao luxo de os ignorar; todos os países são autores e destinatários de segurança, pelo que de certa forma a ordem internacional de segurança se tornou multipolar e, como que por imanência, mais receptiva à procura de legitimidade internacional;
4. a comunhão dos problemas e das ameaças supõe a partilha das soluções: nunca como hoje a soluções de paz passaram por uma abordagem não apenas cooperativa e multilateral, mas verdadeiramente co-titulada, reunindo os interesses e as inquietações próprias de cada país, bem como as valias das organizações que, no espaço regional ou sub-regional, mais fielmente lhe permitam assegurar a veracidade da solução encontrada em termos de segurança e, desse modo, a sua eficácia;

5. não há defesa sem segurança internacional, nem segurança sem desenvolvimento: não parece possível continuar a conceber soluções de paz numa óptica de prevenção durável e consistente de conflitos, sem nela incluir uma visão integrada de valências (diplomática, militar, humanitária, de apoio ao desenvolvimento, etc.), a que deve presidir uma lógica não somente de capacidades, mas também de capacitação institucional, que reabilite as estruturas e a autoridade dos Estados, sem as quais não há no limite governabilidade, nem Estado de Direito. África não pode deixar de ser considerada, à luz dos novos equilíbrios de poder e dos novos actores emergentes, um continente central cuja estabilidade é decisiva para a paz internacional;
 6. tomar boa nota que a NATO evoluiu decisivamente nos últimos três anos: além da garantia de segurança colectiva que ainda encarna, a NATO logrou iniciar um processo de transformação que a dotará de meios mais expedicionários, ágeis e combinados do que nunca, para responder de forma pronta e em grau de robustez variável, às ameaças – onde elas estiverem, dentro ou “out of area”, sem tabus geográficos ou preconceitos dogmáticos; o diálogo transatlântico continuará a ser, a esse respeito, mais do que uma finalidade, um pressuposto de trabalho;
 7. a UE não precisa de se afirmar à custa de um espaço conquistado à NATO, não só porque se tratam de realidades orgânicas e funcionais diferenciadas, mas também porque ela própria dispõe, pela história, natureza e património das suas soberanias, um arsenal privilegiado de mais-valias que valem pela síntese e que criam valor acrescentado enquanto conjunto; não é possível ficar indiferente, nesse contexto, à evolução recente da PESD e à sua progressiva consolidação como política de políticas e de meios para a criação e manutenção de paz em África.
 8. mais importante do que precipitar uma repartição estratégica de tarefas entre as organizações de segurança e defesa, importa encarar as necessidades de segurança na óptica do utilizador final e da procura, e não, como até aqui, na óptica da oferta: é preciso buscar um novo realismo e verificar criticamente se a oferta em matéria de segurança procura realmente corresponder às necessidades de segurança colectiva;
 9. numa ordem de segurança global em que, em cada opção, se joga a totalidade da segurança internacional, Portugal tem um potencial de alternativas não despiciendas: é membro fundador da NATO (cuja transformação tem igualmente passado pelo Comando de Oeiras), é um parceiro activo na UE, dispõe de uma herança de experiências e cumplicidades em África, no Mediterrâneo e na América Latina, mas também no sudeste asiático, e exprime um universalismo e convivialismo multicultural que lhe podem facultar vantagens comparativas e capital negocial. Numa altura em que as organizações de segurança e defesa se transformam para corresponder aos desafios de segurança, com um leque cada vez mais alargado de opções e soluções, Portugal pode desempenhar um papel de charneira, muito para além do debate, por vezes empobrecedor, sobre os meios e recursos que não tem.
 10. Na sua afirmação enquanto soberania num mundo globalizado e ao mesmo tempo pulverizado, mas também dominado por movimentos de reequilíbrio geopolítico, Portugal poderá afinal ter a história e a geografia certas, no momento certo e, entre as dúvidas e a recessão económica em que nos debatemos, depender afinal delas.
-

* As opiniões aqui contidas apenas vinculam o seu autor.